



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 10

Sessão Ordinária de Fevereiro

5.ª Reunião de 25-03-2002

Aos vinte e cinco dias do mês de Março de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Teresa Fidélis da Silva, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celestes das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, Manuel Vieira dos Santos, Rui Manuel Pereira Costa, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, António dos Santos Costa, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

José da Cruz Costa, António Ildebrando Nunes Costeira, Maria da Conceição Seixas Almeida, Vítor Manuel Santos Marques, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Domingos José Barreto Cerqueira, Ângelo Pereira Pires, Joaquim Manuel Silva Marques, Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Marília Fernandes Correia Martins.

O Vereador Luís Miguel Capão Filipe entrou na sala às 19:30 horas.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 79.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição, nesta reunião, do Vogal Henrique Manuel Morais Diz, pelo Vogal Rui Manuel Pereira Costa. Ainda, nos termos da legislação em vigor, o Presidente de Junta Manuel Júlio Braga Alves, nesta reunião, fez-se substituir por Fernando Manuel Teixeira Alves.

Continuando, o Presidente da Mesa da Assembleia informou do falecimento da Mãe do Vogal José da Cruz Costa e apresentou um Voto de Pesar, que o plenário aprovou por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Mesa, em nome da Assembleia Municipal, felicitou o Partido Social Democrata pelo sucesso eleitoral registado nas últimas eleições legislativas, realizadas em 17 de Março de 2002.

Na sequência do procedimento já efectuado na reunião anterior, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, cedeu a presidência dos trabalhos ao Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, a fim de continuar a participar no debate relativo ao ponto n.º 3 da ordem de trabalhos – Plano de Pormenor da Baixa de S.^{to} António.

PONTO N.º 3 - PLANO DE PORMENOR DA BAIXA SANTO ANTÓNIO. (continuação.)

(Entraram na sala os Vogais Jorge Manuel do Nascimento e Diamantino Laranjeira Simões Jorge)

Membros da Assembleia:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Carlos Candal (PS)

(Entrou na sala o Vogal Armando Manuel Dinis Vieira)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

(Entrou na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP)

(Entrou na sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimento atinentes.

De seguida o Presidente da Mesa em exercício deu a palavra ao proponente da proposta de alteração n.º 3.

Membros da Assembleia:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

«Proposta n.º 3

A Assembleia Municipal propõe a reformulação da proposta da CMA referente ao Plano de Pormenor da Baixa de Santo António – revisão, nos seguintes pontos:

- a) Que seja reduzida em 1 piso em todas as edificações previstas, mantendo as cêrceas vigentes no Plano de Pormenor em vigor, e cumprindo a regra dos 45 graus prevista por lei.
- b) Que a escada prevista seja substituída pela edificação de uma escadaria ampla, tal como consta na proposta da Comissão da A.M.»

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Em relação à regra dos 45 graus, de acordo com a análise que foi feita e para que não haja ambiguidades em relação ao seu cumprimento – e isto ainda não foi à Câmara, portanto

estou-vos a transmitir as conclusões de uma reunião técnica de trabalho, que não foi ainda sufragada pela Câmara. As conclusões a que chegámos é que se se retirar um piso nestes dois “dentes” que aparecem no Plano e se eventualmente se recuar uns dois ou três metros na parte cimeira do edifício, a regra dos 45 graus será respeitada sem margem para dúvidas. Em relação à proposta apresentada pelo Deputado Manuel Coimbra, em relação à outra parte da proposta, porque me parece que ela assenta num pressuposto errado: é o de que esta nova versão do Plano aumentou um piso em toda a extensão?! Os dados que temos não apontam nesse sentido.

Havia no Plano antigo (e eu penso que o Deputado Manuel Coimbra esteve numa reunião com a Comissão em que isso foi aprofundado), havia erros de cota muito graves. Eu tenho aqui as plantas que apontam para 5 pisos designadamente, mas esquecendo que havia o desnível. E a informação que a equipa que preparou isto me transmitiu, é que só havia realmente aumento de um piso, justamente naqueles dois dentes que indiquei — e que desaparecendo agora, permitem respeitar sem nenhuma ambiguidade a regra dos 45 graus.”

Membros da Assembleia:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“Sr. Deputado Manuel Coimbra se pudesse flexibilizar mais a proposta... É que às vezes não é necessário retirar um piso para que seja cumprida a regra dos 45 graus. E às tantas temos 5 pisos aqui, 6 ali, 4 acolá! Se pudesse reformular a proposta, e penso que é esse o sentido que todos queremos, com esta ideia: que sempre que for necessário retirar área de construção (pode passar por recuar o piso – está aí o Arqto. Gustavo ao seu lado que pode explicar isso melhor do que eu) pode haver situações em que não se justifica retirar completamente um piso. Podemos ficar com uma situação desequilibrada se formos exigir a retirada de um piso sempre a regra não for cumprida. O sentimento da Câmara (julgo que não há dúvidas) todos queremos que a regra dos 45 graus seja respeitada, se for preciso fazer pequenos ajustamentos na área de construção chegaremos lá.

Uma observação complementar se virem nisso conveniência. Eu no meu espírito não estou a imaginar que algum dia uma Câmara possa licenciar marquises (os galinheiros) para uma zona tão nobre como esta. Mas isso pode ficar no Regulamento. Pode ficar explícito no Regulamento, que marquises e acrescentos desse tipo serão obviamente excluídos.”

Membros da Assembleia:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - **Retirou a alínea a) da Proposta n.º 3.**

“Já que o Sr. Presidente percebeu quais são as correcções a fazer e se está de acordo, por uma questão de consenso, nós retiramos esta alínea da proposta.”

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Da Câmara Municipal:
Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

▲

(saíram da sala os Vogais Raúl Ventura Martins e Armando Manuel Dinis Viera).

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação a alínea b) da proposta de alteração n.º 3, apresentada pela bancada do PSD «Que a escada prevista seja substituída pela edificação de uma escadaria ampla, tal como consta na proposta da Comissão da A.M.», sendo a mesma aprovada por maioria de dezassete votos a favor, onze votos contra e cinco abstenções.

Da Câmara Municipal:
Presidente da Câmara

“Sr. Presidente eu queria perceber bem, porque esta proposta remete para o relatório da Comissão. Se bem percebo continua a haver um concurso de ideias? Ainda que em detrimento de parte da construção e ainda que em simultâneo possa ser necessário terminá-la sobre uma parte da zona verde. Portanto, se bem percebo vamos ter um concurso de ideias — fica tudo em aberto!”

Presidente da Mesa

“O Sr. Presidente da Câmara é licenciado em Direito, sabe bem que as palavras que aí estão escritas têm o significado que têm. O Senhor não pode é por uma praça que não seja ampla e que não condiga com as condições do texto e do espírito que presidiu à discussão e que ficou gravado. Portanto, quando tiver dúvidas, vai ouvir o teor da gravação e os técnicos também se podem aí inspirar para esse efeito.”

(reentraram na sala os Vogais Raúl Ventura Martins e Armando Manuel Dinis Viera).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Carlos Candal (PS):

“Eu abstive-me, porque concordando com as preocupações proponentes, penso que o texto realmente – como já foi sublinhado “off record” não aquenta nem arrefenta. Porque uma escadaria ampla pode ter menos que os quatro metros e meio.

Se dissesse aqui: uma escadaria monumental à semelhança da cidade universitária de Coimbra... Bem, aí era mais complicado.

Abstive-me, porque a ideia é que haja ali uma escada com dignidade, mas que não comprometa excessivamente o verde!

Bem... deixemos isso realmente para as ideias. Não quero ali uma escada de bombeiros, pela qual se desça agarrado ao barão. E também, tão pouco uma escada que pareça uma torre de saltos p’ra piscina olímpica... por ali a cima.... Fora isso — a escada em dois lances, em três, em quatro, com mais largura menos largura; mais ampla, mais majestática ou menos... Isso deixemos para o concurso de ideias porque vai ter que haver. Muito obrigado”.

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS):

“Votei favoravelmente, porque depois de algum trabalho de investigação (inclusive técnica por parte dos membros da Comissão que trabalhou sobre este assunto), concluiu-se então e votou-se então favoravelmente — e como membro da Comissão não poderia ir hoje contra mim mesma; que ali deveria existir uma escadaria com uma filosofia de base de utilização, quer de vistas, quer pratica, da própria zona verde.

Votei também favoravelmente, porque não me parece haver qualquer espécie de contradição com o trabalho da Comissão anterior, na medida em que a proposta da Comissão anterior foi a mesma desta Assembleia de hoje. Isto é, a Câmara terá que respeitar que ali exista, não uma escada de lanços, mas uma escadaria.

E nada disto é incompatível com a recomendação então também aprovada. Se a Câmara a quiser respeitar... Porque a Câmara chamou aqui à atenção e bem, que essa proposta da Comissão não faz parte de coisa nenhuma — nunca chegou a ser aprovada. E portanto, a recomendação, a Câmara tê-la-á em vista ou não. Nem obrigada ao concurso de ideias está, como juridicamente é sabido.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“Só gostaria de dizer que votámos esta proposta favoravelmente, porque a proposta da Comissão da Assembleia Municipal que se debruçou sobre este assunto, vai no sentido de alterar a filosofia da escada que foi proposta para este Plano. E a filosofia que agora se propõe, é uma filosofia de dar visibilidade ao próprio jardim através de uma escada que acabe de frente para o jardim e que comece no pátio que existe por trás do Governo Civil — por isso na praça; e que por isso mesmo possa dar através dessa visibilidade segurança ao próprio parque da Baixa de Santo António”.

Presidente da Mesa:

“Atendendo a que o Vogal Vítor Marques não se encontra presente na reunião de hoje, passo a apresentar a proposta de recomendação que deu entrada na Mesa na última reunião da Assembleia:

«Recomendação n.º 4

Considerando que a praça é um elemento feliz e qualificante do Plano agora em apreciação;
Considerando que os pressupostos expressos para a justificação da mesma foram os de abrir uma ampla frente parque, visualmente agradável e que permita leitura integral da área frontal à mesma;

Considerando que no Plano apresentado existem planeados dois “dentes” que fecham as alas edificáveis preconizadas:

Recomendamos a possibilidade de abolição das mesmas, deixando a praça integralmente aberta ao jardim/zona verde.»

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

“Só um ponto de ordem à Mesa: Se é uma recomendação não é para ser votada!?”

Presidente da Mesa:

“A Assembleia pode entender não recomendar nada. A Câmara simplesmente atenderá ou não. Pode é acontecer que esteja prejudicada face a outras propostas.

Daí que vou fazer a leitura da proposta de recomendação n.º 5, do mesmo proponente.

«Recomendação n.º 5

Face ao que consideramos ser uma morfologia, cércea e volumetria exageradas, com enorme impacto visual para a via estruturante (Avenida), o que lhe confere um carácter formal de enorme agressividade;

Face à solução arquitectónica proposta ao nível do Plano, no que respeita ao piso 0 (r/c) e 1.º da fachada virada ao parque da baixa:

- Recomendamos que ao nível dos andares superiores (3.º, 4.º, 5.º e 6.º) se reproduza, recuando entre 12 a 15 metros, o desenho objecto do plano em apreciação ao nível do R/ch e 1.º andar.»

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Presidente da Mesa

Vogal Carlos Candal (PS)

Por sugestão da bancada do CDS/PP, a Mesa decidiu retirar de votação as propostas de recomendação n.ºs 4 e 5. As propostas n.ºs 4 e 5 são propostas de recomendação, que serão seguidas pela Câmara Municipal se esta assim o entender.”

Continuando o Presidente da Mesa em exercício deu a palavra ao proponente da proposta de alteração n.º6.

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD):

«**Proposta n.º 6**

Proponho as seguintes alterações:

Remoção dos “dentes” que no Plano fecham a praça, abrindo assim amplo espaço para o parque.»

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Carlos Candal (PS)

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta n.º 6, sendo a mesma rejeitada com um voto a favor, vinte e quatro votos contra e dez abstenções.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa em exercício deu a palavra à proponente da proposta de alteração n.º7.

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD):

«**Proposta n.º 7**

Proponho que seja tida em consideração a tranquilidade e o bem estar dos actuais residentes na área e igualmente a tranquilidade e a qualidade de vida dos futuros residentes.

- Para isso proponho que sejam proibidos quaisquer bares ou similares em toda a área do rés-do-chão dos edifícios deste plano da Baixa de Santo António, no seguimento da atitude colectiva já anteriormente tomada por um grande grupo de residentes.»

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Presidente da Mesa:

“Eu estava a evitar fazê-lo, mas vou ter que o fazer.

Temos três propostas que abordam geralmente o mesmo tema: Esta que está em discussão da Dr^a. Antónia Pinho e Melo; é a da alínea a) do Deputado António Salavessa; e a da Carla Macedo que será a proposta n.º 9.

Elas completam-se e daí que estar a chumbar uma e a aprovar outras, etc., pode armar aqui uma grande confusão — eu estou a alertar-vos para isto.”

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - **Retirou a Proposta de alteração n.º 7.**

Retirada a proposta, o Presidente da Mesa em exercício deu a palavra ao proponente da proposta de alteração n.º 8.

Vogal António Salavessa (PCP):

“Esta proposta por mim apresentada, foi subscrita pelas Vogais Virgínia da Silva Veiga e Maria das Dores Topete, e visa trazer à discussão algumas propostas da Comissão que não estavam consideradas”.

«Proposta n.º 8

Proposta de alteração:

- a) Que fique proibida a existência de unidades de hotelaria, restauração, padarias, snack-bares ou similares em todas as construções, à excepção do edifício de gaveto situado a Sul, e apenas na parte que confronta com aquelas vias;
- b) Que sejam reequacionados os alinhamentos do edifício situado a Sul, no gaveto da chamada rua Homem Cristo Filho com a Av. Artur Ravara, de modo a respeitar o alinhamento dos restantes edifícios e evitar a sua construção sobre zona de passagem pública;
- c) Que seja revista a arquitectura dos edifícios a construir sobre a zona verde, entre o último bloco traseiro ao Governo Civil e o edifício de gaveto a Sul, por forma a que sejam escadeados obrigatoriamente com terraços voltados para a zona verde, no mínimo em todos os pisos a partir do terceiro inclusive, a contar do nível do solo.»

Feita a apresentação os proponentes retiram a alínea c) da Proposta de alteração n.º 8.

Presidente da Mesa

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS):

“O texto do Sr. António Salavessa foi retirado da proposta da Comissão, mas deverá ter a seguinte redacção, porque lhe faltou aqui os nomes das ruas:

«a) - Que fique proibida a existência de unidades de hotelaria, restauração, padarias, snack-bares ou similares em todas as construções, à excepção do edifício de gaveto situado a Sul,

entre a rua Homem Cristo Filho e a Av. Artur Ravara, desde que neste caso fiquem apenas voltadas para as supra mencionadas vias.»

Esta seria a redacção de modo a não estabelecer confusão. E esta redacção (repito) é a redacção da proposta da Comissão.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

“Uma vez que a proposta seguinte da deputada Ana Carla Macedo reúne mais consenso, os proponentes retiram a alínea a).”

Os subscritores da proposta, António Manuel dos Santos Salavessa, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga e Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, retiram a alínea a) da Proposta n.º 8.

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal Raúl Martins (PS)

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação a alínea b) da proposta de alteração n.º 8 «Que sejam reequacionados os alinhamentos do edifício situado a Sul, no gaveto da chamada rua Homem Cristo Filho com a Av. Artur Ravara, de modo a respeitar o alinhamento dos restantes edifícios e evitar a sua construção sobre zona de passagem pública», sendo a mesma aprovada por maioria de dezasseis votos a favor, quatorze votos contra e cinco abstenções.

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD):

“A minha abstenção tem somente a ver, por entender que se devem votar aqui questões de filosofia de Plano e não de arquitectura. Por isso mesmo, a minha abstenção.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS):

“Votei favoravelmente a proposta apresentada, por ter sido um ponto que resultou consensual da Comissão e, portanto, por uma questão de coerência e de respeito para com essa mesma Comissão, como tem vindo a ser feito quer em relação ao executivo anterior quer em relação a este.

No entanto, fi-lo apenas por essa razão, embora em plena Comissão, tenha levantado questões da ordem da que foi levantada pelo senhor Deputado anterior.”

Terminadas as declarações de voto, o Presidente da Mesa em exercício deu a palavra ao proponente da proposta de recomendação n.º 9, mas que pretende agora que seja proposta de alteração.

Vogal Ana Carla Macedo (PS):

“Eu pretendia alterar a minha proposta de recomendação para proposta de alteração, e com nova redacção do seguinte teor:

«Proposta de alteração n.º 9

Que sejam proibidas todas as unidades de hotelaria, restauração e afins, em todas as áreas de construção, à excepção do edifício do gaveto situado a Sul, entre a Avenida Homem Cristo Filho e a Avenida Artur Ravara, desde que as entradas desses estabelecimentos sejam por essas vias, e na praça.»

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Carlos Candal (PS)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal Ana Carla Macedo (PS)

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal Ana Carla Macedo (PS)

(saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Membros da Assembleia:

Vogal Raúl Martins (PS)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Vogal Raúl Martins (PS)

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de alteração n.º 9, sendo a mesma aprovada por maioria de dezoito votos a favor, quinze votos contra e uma abstenção.

(reentrou na sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Membros da Assembleia:

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Concluída a votação das propostas, o Presidente da Mesa colocou à votação na Globalidade, o Ponto n.º 3 – Plano de Pormenor da Baixa de Santo António, com as alterações aprovadas, sendo mesmo aprovado por maioria de dezanove votos a favor (PS15+PSD2+PP1+PCP1), quinze abstenções (PS1+PSD11+PP3) e um voto contra (PS1).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal João Barbosa (PS):

“Votei contra, para demonstrar que estou a participar.”

Vogal António Salavessa (PCP):

“Votei a favor, alterando o sentido de voto da votação na generalidade, tendo em consideração que estas alterações foram no sentido dos trabalhos da Comissão e da melhoria do Plano.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“Estas alterações beneficiaram e muito o Plano, de maneira que esta nossa abstenção maioritária da bancada PSD, significa que este continua a não ser o nosso Plano, no entanto revemo-nos nestas alterações que foram feitas; de maneira que abstivemo-nos”.

Concluído este ponto da ordem do dia o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para o jantar. Eram 21:00 horas.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:15 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, Manuel Vieira dos Santos, Rui Manuel Pereira Costa, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Vítor Manuel Santos Marques, António Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

José da Cruz Costa, António Ildebrando Nunes Costeira, Victor Manuel da Silva Martins, Maria da Conceição Seixas Almeida, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Manuel Fernando Ferreira Rodrigues e Ângelo Pereira Pires.

☐

PONTO N.º 4 – DETERMINAR O NÚMERO E A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 21/02/2002, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve introdução ao assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia:

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

(saiu da sala a Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga)

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto n.º 4 – Determinar o número e a remuneração dos membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, sendo o mesmo aprovado por unanimidade (PS15+PSD12+PP5+PCP1).

PONTO N.º 5 – AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA JERÓNIMO PERREIRA CAMPOS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 25/10/2001, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve introdução ao assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia:

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Além das questões que já foram muito pertinentemente levantadas, gostaria de levantar outras questões, como sendo a questão do estacionamento e das acessibilidades à futura Câmara Municipal ou futuros Serviços da Câmara Municipal.

Como tinha dito o meu colega e companheiro, Manuel António Coimbra: que Serviços é que cá vão ser instalados? Que pessoas é que vão afluir a estes Serviços e que infra-estruturas é

que necessitamos? Caso haja necessidade de grandes parques de estacionamento, como é que eles vão ser? Quais as consequências destes parques de estacionamento? Ou seja, falo da contaminação de solos, de lençóis freáticos, da impermeabilização desses mesmos solos; falo também da redução dos espaços verdes e consequente redução da qualidade do ar.

E gostaria também de voltar a alertar para uma questão que já foi aqui abordada (acerca do Plano do Centro), que é a questão do parque subterrâneo que se pretende levar a efeito aqui em frente.

Ora esse parque subterrâneo, neste tipo de terreno que nós temos vai ser – em meu entender, imensamente prejudicial para este mesmo edifício, porque (já na altura tinha referido), são terrenos muito plásticos, que vão ceder e vão sem dúvida alguma danificar a estrutura de todo o edifício. Ora, vamos estar a implementar aqui uns Serviços com a nobreza dos Serviços da Câmara, para posteriormente fazermos aqui um parque de estacionamento e dar cabe do mesmo edifício? Andamos a recuperar ou vamos dar cabe do edifício antes de o recuperar? Não sei exactamente quais são os “timing’s” previstos, de qualquer forma tenho que deixar esta chamada de atenção, para as possíveis consequências gravíssimas da construção do parque de estacionamento.

Claro que, dir-me-ão: que isso tudo será alvo de um projecto de estruturas feito por avalizados especialistas! Contudo, também o mesmo foi feito com a limpeza dos Canais da Ria – aqui o Canal Central – e lá foi a Capitania! Não foi só o Fórum, a limpeza do Canal da Ria também deu cabe da Capitania; como outros casos tão conhecidos aqui na cidade.

Portanto, é um questão que eu gostava que fosse esclarecida: vai ou não vai ser construído o parque de estacionamento subterrâneo? Quais são os parques de estacionamento - os acessos? Quais são as garantias da funcionalidade também? - como já tinha sido referido pelo meu colega António Coimbra. E era só isto neste momento”.

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

(entrou na sala a Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

D

Vogal Liz Miguel Silva (PPD/PSD)

Vogal Vítor Marques (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

E

Membros da Assembleia:

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

(reentrou na sala a Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga)

Vogal Liz Miguel Silva (PPD/PSD)

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Da Câmara Municipal:
Presidente da Câmara

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, nos termos regimentais, a pedido da bancada do PPD/PSD.

(saíram da sala os Vogais Raúl Ventura Martins e Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga)

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 5 – Aquisição do edifício da Antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e oito votos a favor (PS15+PSD11+PP1+PCP1), quatro abstenções (PSD1+PP3) e um voto contra (PP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“O PSD votou a favor da aquisição do edifício da Antiga Fábrica Jerónimo Pereira de Campos, por entender que é um edifício emblemático da Cidade e que a dignifica.

A concentração de todos os Serviços técnico/administrativos municipais e municipalizados é um imperativo dos tempos de hoje.

O edifício que a Câmara Municipal de Aveiro se propõe adquirir permite essa funcionalidade, assim como irá permitir – se houver vontade política para tal, alojar as inúmeras associações do município, dando-lhes uma dignidade que até agora nunca tiveram.

Este nosso voto favorável, tem também como objectivo permitir a construção de um Centro de Formação Profissional de raiz, que venha beneficiar a qualificação da população jovem de Aveiro – candidata ao primeiro emprego, à reciclagem e à reintegração no mercado de trabalho.

Votámos também favoravelmente no pressuposto de que o edifício “Cor de Rosa” (antiga sede da Assembleia Municipal de Aveiro), se mantenha na posse da Câmara Municipal de Aveiro.

Lamentamos no entanto, a insuficiente fundamentação da proposta, longe da dignidade do edifício em causa”.

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD):

“A leitura do presente protocolo não dá uma clara visão dos “negócios” em questão. Fazer-se numa primeira parte o historial dos anteriores protocolos entretanto abandonados ou alterados, não ajuda a clarificação do assunto.

Levantam-se no meu ponto de vista muitas dúvidas que não foram esclarecidas:

A avaliação do edifício “cor de rosa”, que ninguém nos indicou claramente, mas que surge integrada no pacote de permuta e que parece sub-avaliado;

A avaliação do terreno com área de 37 mil metros quadrados junto às instalações da RENAULT que não conhecemos;

O valor das obras de adaptação do 3.º piso do edifício da Jerónimo Pereira Campos que ninguém nos indicou;

Os restantes pisos actualmente ocupados pelo Centro de Formação Profissional e que assim continuarão durante pelo menos 5 anos não entrarão na posse da Câmara para já, nem num futuro próximo.

Questões como, estacionamento e acessos a uma área da cidade – o chamado Plano de Pormenor do Centro – que vai ter uma grande ocupação (7.500 habitantes, 1.000 possíveis

ocupantes do hotel, mais os funcionários da autarquia, mais os munícipes que demandem os Serviços), não estão resolvidos.

As dúvidas são demasiadas e o negócio não é favorável (do meu ponto de vista), à Autarquia de Aveiro. Por este motivo mantenho o mesmo voto que fiz como Vereadora em 2001, escolhendo a abstenção”.

Vogal Jorge Manuel do Nascimento (CDS/PP):

“Votei contra, por entender que, mais uma vez, esta é uma solução provisória para a necessidade sentida de concentração dos Serviços Municipais.

Entendo que o grau de concentração que a instalação dos Serviços Municipais vai trazer para o local, aliada à recente aprovação do Plano de Pormenor do Centro, é uma razão adicional para que a solução seja provisória. Entendo que se perdeu uma grande oportunidade para se construir um edifício de raiz, certamente com subsídios, e que essa oportunidade perdida vai prejudicar o desenvolvimento de Aveiro, no sentido da criação de uma segunda centralidade a operar junto à estrada 109/7, para onde poderia ser construído esse novo edifício — aliado a outros edifícios de interesse público, designadamente a loja do cidadão, onde já hoje se sente também grande concentração de Serviços que é manifestamente insuficiente para a procura que lhe é feita”.

Vogal António Salavessa (PCP):

“Votei a favor porque estamos de acordo com a concentração de Serviços do município e de acordo que essa concentração se faça neste edifício emblemático.

Este voto a favor é dado num quadro de fundamentação insuficiente, no pressuposto de que a actual Câmara tenha avaliado correctamente todos os aspectos inerentes à execução do protocolo, e que tal avaliação corresponda à defesa dos interesses do município”.

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):

“Votámos favoravelmente por em nosso entender, uma autarquia que quer assumir para si os encargos de gestão de um dos mais emblemáticos edifícios da sua arqueologia industrial, como é inegavelmente o caso do edifício da Jerónimo Pereira Campos, é uma autarquia que quer criar condições para se projectar no futuro.

É uma autarquia assim que nós queremos, é por isso que votámos favoravelmente”.

Continuando, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa deu por concluída a Sessão Ordinária do mês de Fevereiro de 2002.

Eram 01:00 horas do dia 26 de Março de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:45)